

DISCURSO DE POSSE COMO ACADÊMICO HONORÁRIO DA ACADEMIA  
EPISTÊMICA DE MESA CAPITÃO–PROFESSOR  
JOÃO BATISTA MARIANO: MESAMARIANO.

“... o que Deus preparou para os que o amam é algo que os olhos jamais viram, nem os ouvidos ouviram, nem coração algum jamais pressentiu”. (Da Primeira Carta de São Paulo aos Coríntios, 2, 9.)

Bom–dia a todos.

GRATIDÃO: A Deus, caminho, verdade e vida;

- A meus Pais, Capitão Raimundo Menezes e Aparecida Menezes;
- A minha esposa Joesse e aos meus queridos filhos Alessander e Isabela, razão maior de tudo o que faço nesta vida;
- Ao Mestre Tenente–Coronel João Bosco de Castro, Acadêmico Epistêmico–Fundador e Presidente da MesaMariano, pelo convite a mim formulado para transpor os umbrais desta Casa como Acadêmico Honorário.

Cumprimento os acadêmicos, amigos e os integrantes da mesa, agradecendo a presença de todos na pessoa do presidente desta Academia que me acolhe com a generosidade típica dos lugares em que se cultiva a convivência fraterna em torno da literatura, da educação, das artes, da pesquisa, da memória e, sobretudo, da palavra.

Cumprimento especialmente a Odontóloga Beatriz Campos de Paulo e Castro, minha conterrânea e amiga desde tenra idade; ao Jornalista José Passos de Carvalho e ao Sociólogo Paulo Roberto de Sousa Lima.

Na conformidade do disposto no Proêmio da Carta Constitutiva desta excelsa Academia Epistêmica de Mesa Capitão–Professor João Batista Mariano: MesaMariano, na condição de Acadêmico Honorário, chego para aprender, colaborar e dedicar–me à discussão espontânea ou motivadora e ao estudo metodológico das relações do Conhecimento Humano estabelecidos entre o sujeito indagativo e o objeto inerte do processo cognitivo, prioritariamente do processo vinculado às concepções e realizações policial–militares ou com elas correlato.

Satisfeito com esta oportunidade, agradeço aos benévolos confrades por terem me aceitado em sua grei. Desde já, contemplo com minha estima cada um dos Senhores e Senhoras que colocaram em marcha a instituição, a qual lhes peço licença para começar a chamar de nossa.

Nascido a 8 de março de 1961 – ano da publicação do Vade–Mecum de Policiamento do lendário Coronel Antônio Norberto dos Santos – numa família de onze pessoas, bom–despachense do “papo amarelo”, fui criado e educado, até os treze anos, na Vila Militar. Minha querida Mãe, Dona Aparecida, devota dos afazeres do lar, com dedicação e carinho, cuidou de nove filhos, legando–nos sagacidade e determinação. Meu honrado Pai, Capitão Raimundo Menezes, homem de estirpe e conduta ímpar, modelo de esposo, amigo, caráter, honestidade, ética, honradez, probidade, profissionalismo, professor. Homem sábio, de ações concretas e valores muito bem definidos.

No Jardim da Infância da “Escolinha do Batalhão”, hoje Escola Estadual Coronel Egídio Benício de Abreu, iniciei meus estudos, cuja primeira professora, Dona Marcy, esposa do Sargento Zezinho Ferreira, maternal e zelosamente, repassou–me as primeiras lições do bê–á–bá.

Nas Classes Anexas ao Colégio Estadual Miguel Gontijo, cursei o ensino fundamental de 1ª a 4ª série, que tinha como docentes educadoras do naipe de Dona Geni Gontijo, Dona Marisa, Dona Maria Angélica e Dona Vera, sob a Direção segura e efetiva de Dona Léa Nilce Mota Pereira. Filho de militar, cursar o ginásio no Colégio Tiradentes, Anexo ao 7º BPM, dirigido pelo Capitão Nílson Simões e, depois, pelo Tenente Geraldo Majela Paiva, era tão certo como o era o êxito em vestibulares diversos, graças aos ensinamentos de Professores do calibre de Antônio de Pádua, Ilma Alvarenga, Capitão-Capelão Padre Pedro Lacerda, Capitão Roldão, e outros.

Assim, em 1979, aprovado em concorrido vestibular para o Curso de Formação de Oficiais da Escola de Formação de Oficiais – EsFAO, herdeira do inesquecível Departamento de Instrução – DI, do Prado Mineiro, ingressei, em 1º de março, no primeiro ano para continuar a receber os ensinamentos caserneos, pois filho, neto, sobrinho, irmão e cunhado de militar, as primeiras orientações e lições já se faziam aprendidas por mim. Meu Pai, que lutava contra um câncer, revelou-me, quase terminalmente, que sonhava comigo na Polícia Militar. Seria sua realização. Movido por uma força maior, com 17 anos de idade, entreguei-me ao sonho de meu Pai, que, a 21 de abril, partiu para habitar numa das moradas eternas. Restou-me a certeza de que o sonho sonhado por meus Pais, que se tornou meu, realizou-se. Deles havia aprendido que o sonho está na busca, e, ao perder esse desejo constante de buscar, perde-se a razão de sonhar, realizar e realizar-se.

Ingressei na Polícia Militar de Minas Gerais, numa época em que o Brasil vivia tempos difíceis e tormentosos em todos os setores. Segundo JOÃO BOSCO DE CASTRO, em seu livro O Estouro do Casulo (ESSÊNCIA DOUTRINÁRIA 3), que historiografa primorosamente as etapas de

desenvolvimento da Corporação, definidas como fases de “Evolução e Revolução”, a PMMG, de 1979 a 1983, em virtude de uma direção efetiva, entrava na “Segunda Fase de Evolução” – intitulada “Crescimento pela ORIENTAÇÃO – ou pela DIREÇÃO” identificada pela *“racionalização de medidas favoráveis ao melhor sucesso das ações e desenvolvimento da informatização e das telecomunicações para planejamento, execução, controle e coordenação das referidas atividades essenciais, acopladas com as de prevenção de incêndio e de busca e salvamento, a par da produção de manuais de técnica policial–militar e de bombeiro–militar, compêndios doutrinários e atos normativos de orientação.”* (1998, pág 89).

A 8 de outubro de 1983, fui declarado Aspirante–a–Oficial, ano do início da “Segunda Fase de Revolução”, denominada “Crise de AUTONOMIA (1983 –1985)”, conceituada como aquela que *“... dificultou a comunicação entre a Direção–Geral e a Intermediária, com prejuízo para o desempenho das Unidades de Execução. A Direção Intermediária estava indecisa entre seguir os processos estabelecidos pela Direção–Geral e tomar iniciativas espontâneas, o que sufocou o processo de comando”*. Referida crise gera incertezas e desgastes operacionais e administrativos no desenvolvimento da Corporação e exige a adoção de medidas tendentes à delegação de poderes (CASTRO, 1998, pág 100).

Neste cenário, narro, em apertada síntese, que iniciei o oficialato no Batalhão de Choque, estagiando nas consagradas Rondas Táticas Metropolitanas – ROTAM. Promovido a 2º Tenente, no 7º BPM, em Bom Despacho, em pouco tempo, fui destacado para a cidade de Formiga, onde morei e servi, de 1984 a 1986. Neste interregno, a 9 de fevereiro de 1985, casei–me com Joesse, filha de militar, para permanecer comigo até o fim e que me deu dois maravilhosos filhos. Retornei à sede do 7º BPM,

em 1986, para secretariar os trabalhos da Unidade, na já instalada “Terceira Fase de Evolução” da PMMG – “Crescimento pela DELEGAÇÃO (1.985 – 1.987), que lhe assegurou proveitoso amadurecimento, de vez que “[...] *houve ampla coparticipação entre os níveis estratégico, tático e de execução no desempenho efetivo da operacionalidade da Corporação, em regime de respeitosa confiança. [...] A Direção-Geral desencasulava-se da vaidade estranguladora do poder, o qual era por ela redistribuído entre a Direção Intermediária e as Unidades de Execução [...]. A aplicação adequada dos princípios delegatórios orientados pela arejada inteligência do Comandante-Geral de então propiciou à Polícia Militar alcançasse a depuração qualitativa de seus serviços oferecidos ao cidadão e à Sociedade. Para isso contribuiu a formulação das teorias destinadas ao estudo dos índices de criminalidade e violência em Minas: Teoria da Síndrome da Violência Urbana, Teoria das Realidades Culturais Diferentes, Teoria do Vértice de Causas e Efeitos, Teoria da Compatibilização Eficaz e Teoria da Nova Defesa Social [...]. Tais alvissareiras teorias [...] sintetizam-se na Teoria da Efetividade, cuja ideia mais densa é proteger e socorrer com qualidade e objetividade*”. Todavia, o estágio da delegação de poderes fez com que os comandantes delegados assumissem uma autossuficiência que os levava a extrapolar os limites da delegação e a trabalhar a seu modo. Era preciso rever tal conduta. Configura-se, deste modo, a “Terceira Fase de Revolução – Crise de CONTROLE (1987 – 1989)”, caracterizada pela *“reconquista do poder pelo controle da delegação”* que objetivava fiscalizar os aspectos de competência, objeto, oportunidade, conveniência, justiça, finalidade e forma dos atos praticados pelos subordinados. O Estado-Maior controlava o nível Intermediário que passava a vigiar a ação dos níveis de execução. (CASTRO, pág. 103, 104, 105, 107 e 108).

Capitão da PMMG, em 1990, fui transferido para o Gabinete Militar do Governador, para servir na Segurança de 1991 a 1994. Transcorria, conforme CASTRO (1998, pág., 109 e 112), a Quarta Fase de Evolução da PMMG – Crescimento pela COORDENAÇÃO (1989 – 1993), palavra na qual *“embutem-se as ideias de coparticipação, congeminação de esforços, entrosamento, diálogo, parceria, harmonia, sincronia, troca de experiências, COLABORAÇÃO, camaradagem.”* A Polícia Militar, estruturalmente coesa, resultado do entrosamento entre Estado-Maior e demais órgãos, logrou *“um índice de crescimento capaz de sustentar o padrão de qualidade encarado como compromisso inseparável do binômio autenticidade-legitimidade de um Órgão sólido, cujo patrimônio fundamental é o ser humano.”*

No biênio 1993/1994, o paradoxo coesão interna versus controle excessivo mergulha a Corporação na “Quarta Fase de Revolução – Crise de BUROCRACIA (1993-1994)”, em que o Estado-Maior Estratégico intensifica-se plenamente como *“coordenador concomitantemente com o papel de atarefado fazedor de burocracia”*. Houve tanta produção de ato normativo, doutrinário e de planejamento que, demasiado, inquietou as Unidades Intermediárias e as de Execução *“com farto papelório de controle e tomada de sugestões”*, conquanto o registro de vigoroso e produtivo crescimento da Corporação, *“em razão de, durante tal período, a Polícia Militar haver logrado o Compromisso com o Resultado, com vistas na qualidade total”*. (CASTRO, pág 115 e 116).

“Crescimento pela COLABORAÇÃO (1994-1996) foi a Quinta Fase de Evolução da PM”. Sucessora da Crise de Burocracia, é considerada a mais expressiva das fases. Demonstra que *“Operacionalmente madura e administrativamente bem-arranjada, a Corporação desencadeia o processo da REENGENHARIA DA POLÍCIA*

*OSTENSIVA, para consolidação de sua estratégia de Qualidade Total*". Pude vivenciar esta fase como Major PM, depois de ser transferido do GMG para o 2º Comando Regional da Polícia Militar (CRPM). Como particularidade recíproca dessa transferência, trabalharia sob os comandos dos Coronéis Oranício, 1995/1996 e Belione, 1996/1998, numa inédita, difícil e desafiadora situação, pois além de cumprir com minhas obrigações legais de subordinado hierarquicamente, teria que demonstrar duplo respeito, primeiro aos comandantes e depois aos irmãos mais velhos. Respeito, como valor ético e sinônimo de fidelidade, acatamento, consideração, honra e estima, lealdade e obediência, sem hipocrisia e servilidade, nepotismo e privilégios.

Em julho de 1995, acometida de mal súbito, quis Deus que minha Mãe partisse para a Casa do Pai.

Em 1996, concluído o Curso Superior de Polícia, fui designado para Chefiar a Seção de Recursos Humanos do 2º CRPM, ano inicial da "Quinta Fase de Revolução – Crise de SATURAÇÃO PSICOLÓGICA", dos servidores da PM, marcada por "[...] *outra etapa histórico-sociológica de bifrontismo para a Corporação: evolução entravada por dificuldades de comunicação interpessoal e intergrupal, causadas por inadequado relacionamento entre superiores e subordinados, e revolução como natural consequência da complexidade de uma profissão acentuadamente estressante. Graças a seus preciosos talentos humanos, [...] do recruta ao coronel, a Corporação vence obstáculos e assegura ao Povo Mineiro elevado padrão de tranquilidade [...] desenvolve meios de controle social favoráveis ao ambiente de confiança indispensável ao exercício da polícia ostensiva [...]*" (CASTRO, pág 131 e 132).

Em 1998, assumi o comando do 23º BPM, em Divinópolis, e, promovido a Tenente-Coronel, lá permaneci até 2002. Pratiquei, à exaustão, a Polícia Comunitária, ideologia que me inspirou idealizar, fundar, implantar e executar a Associação Comunitária para Assuntos de Segurança Pública – ACASP –, que, nos dias atuais, é das mais conceituadas e expressivas associações comunitárias a serviço da população divinopolitana.

Em janeiro de 2002, promovido a Coronel, fui designado pelo Comandante-Geral, Coronel Álvaro Antônio Nicolau, amigo e respeitável Acadêmico desta Casa do Saber, para ser o Diretor de Apoio Logístico de nossa Instituição, mas quis o interesse do serviço que, em maio daquele ano, eu fosse transferido para comandar a 2ª Região da Polícia Militar, que ostentava, em sua galeria de comandantes, as fotos de busto de meus dois irmãos. Retumbava em mim o ruído de comunicação popular da inevitável comparação entre nós.

Produto da Reforma Gerencial do Estado de Minas Gerais, batizada de “Choque de Gestão”, ocorre a edição da Lei Delegada nº 56/2003, que cria a Secretaria de Defesa Social (SEDS). Por meio do Plano Estratégico 2004–2007, a Corporação se prepara para a fase da “Polícia de Resultados”, decorrente do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (2003 – 2020), cuja ideia central era *“tornar Minas o melhor Estado para se viver”*, garantindo à população serviços de alta qualidade, máximo índice de cobertura, aos menores custos. Em 2007, ocorre a reestruturação da SEDS pela Lei Delegada 117, para planejar, organizar, coordenar, articular, avaliar e otimizar as ações operacionais do sistema em favor da promoção da segurança da população mineira. Chega a fase da pretendida “integração definitiva das organizações policiais”, executada primordialmente entre a Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros,



Sistema Prisional, e, secundariamente envolvendo a Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário. Hodiernamente, parece estar estagnada.

Por longos sete anos, honrei a tradição de comando, transferindo-me para a reserva, em 22 de fevereiro de 2009, convicto de que, nos anais de nossa Instituição Polícia Militar, consta, certamente, o registro do bem-sucedido comando de uma mesma Unidade de Direção Intermediária por três irmãos Coroneis, Oranício, de 1993 a 1996, Belione, de 1996 a 1998 e Alberto, de 2002 a 2009, fato que acredito inédito e digno de memória.

No mundo civil, em 2006, sob o lema “NÓS SERVIMOS”, entrei para a Associação Internacional de Lions Clubes, chegando a presidir o Lions Clube de Bom Despacho, no Ano Leonístico de 2016/2017, e a coordenar uma Região de Serviço do Distrito LC 4, no Ano Leonístico 2017/2018.

Em 2009, atuei como Secretário de Trânsito e Transportes da Prefeitura de Divinópolis, fato que se repetiu, em 2012, em Bom Despacho. Daí meu interesse pelo assunto da mobilidade urbana, tendo nele me especializado, o que me possibilitou dar aulas para curso de pós-graduação em Psicologia do Trânsito, em 2011 e 2012, pela Universidade Estadual de Minas Gerais, campus Divinópolis.

Agora, deflagrado o convite para o quadro honorário desta ínclita Academia, súbita guinada reflexiva apossa-se de mim: reúno condições para passar nesse vestibular? Careço de quesitos e requisitos para tão-nobre mister?

Neste sentido, verifico ser acanhado meu histórico de vida, contudo, aquecido, trabalhado e burilado nas fornalhas da PMMG, tal histórico é, imodestamente, a principal justificativa para ensejar-me este momento neste templo de comunhão cultural. Interpreto isso menos como uma sóbria avaliação de meus méritos pessoais e mais como uma homenagem à Família Menezes.

O convite acadêmico, portanto, dardejou sobre mim um sopro de novo desafio. Aceitei-o pleno de júbilo agregado à gratidão pela confiança em mim.

Uma nova fase se descortina em minha vida. Sinto-me um peregrino aprendiz neste mundo de meu Deus. Enquanto o século XX propunha uma globalização capaz de diminuir as diferenças entre as pessoas, o século XXI as acentuou. A inteligência humana avançou em novas configurações na arrumação moderna do mundo, e ao mesmo tempo, fomentou uma erosão interior que impede a vivência digna e nobre da cidadania.

Como vivemos a era da Inteligência Artificial, o tempo da “Revolução da Nanotecnologia” induz pessoas a pensar que terão o poder divino, convictas da divindade de si mesmas. Esta inteligência artificial, além de exigir uma busca incessante de conhecimentos, cada vez mais avançados, faz com que, em nossa linguagem digital, até os “literatos” se tornem “digeratos”.

A busca de soluções parece ter abandonado a ideia de globalização, para fazer o Homem aderir à segmentação em que pessoas se isolam como medida de proteção, ora exilando-se dentro de suas casas, ora dentro do cristal líquido da tela de um smartphone ou de um

computador, tendo a “nuvem” como seu esconderijo, ora como nômades, especialmente no mercado de trabalho, por infixidez laboriosa. Hoje, até produtos podem ser nômades, e o livro é prova disso. Emprestado, não se sabe mais onde encontrá-lo no espaço-tempo.

Precisamos adequar a vida real à vida virtual? “Abandonar a chupeta das utopias em favor da bigorna do realismo?” Devemos nos preparar, continuamente, sempre atentos às diferenças entre uma e outra forma de vida. Precisamos ser resilientes em busca de equilíbrio e restabelecer o estado psicológico que nos permita conviver entre épocas diferentes, pessoas diferentes e caminhos complexos que fogem à linearidade desejada.

Estudiosos indicam que estamos diante de dois paradigmas: a cosmovisão bíblica e a cosmovisão grega. Ambos se digladiam nos programas de televisão, nos projetos políticos e em variadas pedagogias. Para o primeiro, o ser humano, criatura de Deus do qual se origina o conhecimento, é dotado de perenes valores, formadores de seu caráter, baseados na lei de Deus. O paradigma grego, influenciado por Tomás de Aquino, entende que o ser humano é um ser superior, criado por Deus e originador do conhecimento. As diferenças tangem à moral e aos valores, porque a cosmovisão grega entende que a ética, a moral, os costumes e valores mudam com o tempo e lugar e são construídos pelo Eu e pela Cultura. A cosmovisão bíblica observa o coletivo, o bem-estar social com inspiração divina.

Ainda bem que neste mundo de alta tecnologia e paradigmas, ainda podemos contar com a afetividade e a atenção de pessoas que, impulsionadas por algum botão eletrônico, nos fazem despertar do sono e da letargia.

Confesso que, na expectativa deste dia, senti-me abraçado e aquecido pelo fogo afetuoso da consideração e do respeito, o qual fez meu coração bater mais forte e pulularem em minha corrente sanguínea altas cargas de excitação.

Pontofinalizando, deixo grafado à Polícia Militar das Alterosas meu indômito agradecimento, por ter feito de minha alma uma alma de Soldado, devotado militar, fiel a seus desígnios e eternamente grato por seus feitos. Peço permissão ao Mestre João Bosco de Castro para tentar recitar três excertos de seu augusto Poema DECÊNCIA, dedicado à Polícia Militar de Minas Gerais:

“Desde outroras de mitos valentes,  
Quando as ínclitas Minas Gerais  
Viam sonhos nivosos, candentes  
Transformarem-se em trons liberais  
Contra abusos reinóis inclementes  
E pressões extorsivas demais,  
Tu preservas, Polícia Altaneira,  
Gente e ideias da audaz Mantiqueira!

(...)

Regimento posposto aos Dragões,  
Tropa Paga das Minas Gerais,  
Dom Noronha te fez por razões  
Caprichosas, até sociais!,  
Para pôr na golilha ladrões,  
Apoiar diligentes fiscais,  
Sob as ordens de Mestres Decentes:  
Paula Freire, Galvão, Tiradentes!

(...)

Quintessência do Irmão-Xavier:  
Brilha, e ensina, e constrói, e resplende!  
Põe gandola em varão e mulher,  
Neles prega o brasão que defende  
A Igualdade e a Decência, a qualquer

Hora e em todo lugar!... Sem duende,  
Usa a lança precisa e eficaz:  
A Palavra — sustento da Paz!

SALVE POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS!

Belo Horizonte, 6 de março de 2020.

Gentil Alberto de Menezes, Coronel PM Veterano.